

Comissão exige muitas alterações

O presidente da comissão mista de Orçamento, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), afirmou ontem que a próxima reunião só poderá ser marcada para após a promulgação da Constituição. Mesmo assim, as negociações estão avançando e alguns parlamentares, como o deputado João Alves (PFL-BA), apostam que a proposta encaminhada pelo Governo será completamente alterada, já que "centraliza verbas nos ministérios da Fazenda e Planejamento, permitindo a manutenção das barganhas políticas".

João Alves, membro mais antigo da Comissão, apresentou emendas para equilibrar a dotação orçamentária do Governo Federal. Explicou que a proposta do Palácio do

Planalto "é inaceitável", por destinar cerca de Cr\$ 3,8 trilhões para os Poderes Legislativo e Judiciário e 20 ministérios, enquanto que os ministérios da Fazenda e do Planejamento ficam com Cr\$ 63 trilhões. Alves disse que a intenção do Governo com a proposta é continuar com o poder de liberação de verbas não orçamentárias em troca de favores políticos.

Apontando a imprecisão da proposta orçamentária, João Alves assegurou que o único ponto "transparente" diz respeito às verbas dos benefícios da Previdência. Esta imprecisão será suficiente para que a Comissão de Orçamento promova alterações na proposta do Governo, já que o texto aprovado na Constituinte estabelece crité-

rios rígidos de transparência no Orçamento. Deverá existir, por exemplo, um quadro demonstrativo com a dotação orçamentária de cada região, sendo obrigatória a destinação superior de verbas às regiões carentes: Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Técnicos

Ontem à noite, os técnicos do Senado e da Câmara se reuniram novamente para analisar o conteúdo da proposta orçamentária para 1989. Antes mesmo de ter em mãos o resultado deste trabalho, o presidente da Comissão, Cid Carvalho, afirmou que, "provavelmente", algumas mudanças terão que ser feitas para adequar o Orçamento à nova realidade do País, "que prevê a descentralização dos poderes".